

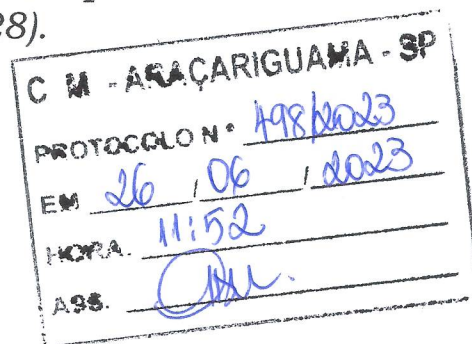


CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 03 /2023

Dispõe sobre a fixação do subsídio mensal dos Vereadores para a 9ª Legislatura (2025-2028).



A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA resolve:

Art. 1º. O subsídio mensal devido aos Vereadores da Câmara Municipal de Araçariguama, para a 9ª Legislatura (2025-2028), fica fixado na seguinte conformidade:

I. em R\$ 9.900,00 (nove mil e novecentos reais), a partir de 1º de janeiro de 2025; e

II. em R\$ 10.430,00 (dez mil e quatrocentos e trinta reais), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

Parágrafo único. É assegurado aos Vereadores o direito previsto no inciso VIII do artigo 7º da Constituição Federal.

Art. 2º. As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento da Câmara Municipal, suplementadas se necessário.



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

ESTADO DE SÃO PAULO

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025.


JUSTIFICATIVA

O presente projeto tem por finalidade, obedecidas às disposições constitucionais e legais vigentes, fixar a remuneração dos membros da Câmara Municipal de Araçariguama para a próxima legislatura que se inicia em 1º de janeiro de 2025.

Diante do exposto posto, esperamos contar com o apoio de nossos ilustres pares para a aprovação da matéria.


Sala das Sessões, em 26 de junho de 2023


DR. MARCO DALBELLO
Presidente


PAULO VOLCOV
1º Secretário


EDMILSON A. DA SILVA - BAIXINHO
2º Secretário

LILI MARQUES
1ª Vice-Presidente


ADEMARIO JESUS MENDES -
BAHIA CABELEIREIRO
2º Vice-Presidente



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

ESTADO DE SÃO PAULO

LEGISLAÇÃO CITADA



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....

Art. 29. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

.....

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#)

a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#)

b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#)

c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#)

d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#)

e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#)

f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 25, de 2000\)](#)

VII - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município; [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 1, de 1992\)](#)

.....



CÂMARA MUNICIPAL DE ARAÇARIGUAMA

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 17.617, DE 16 DE JANEIRO DE 2023
(Última atualização: Ato da Mesa nº 3, de 16 de fevereiro de 2023)
(Projeto de lei nº 655, de 2022)

Fixa o subsídio dos Deputados Estaduais para os exercícios de 2023 a 2025 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo, nos termos do artigo 28, § 4º, da Constituição do Estado, a seguinte lei:

Artigo 1º - A remuneração do Deputado à Assembleia Legislativa é fixada na seguinte conformidade:

I - R\$ 29.469,99 (vinte e nove mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e noventa e nove centavos), a partir de 1º de janeiro de 2023;

II - R\$ 31.238,19 (trinta e um mil, duzentos e trinta e oito reais e dezenove centavos), a partir de 1º de abril de 2023;

III - R\$ 33.006,39 (trinta e três mil e seis reais e trinta e nove centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2024;

IV - R\$ 34.774,64 (trinta e quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos), a partir de 1º de fevereiro de 2025.

§ 1º - É devida ao Deputado à Assembleia Legislativa, no início e no final do mandato, ajuda de custo equivalente ao valor do subsídio.

- Vide [Ato da Mesa nº 3, de 2023](#), com efeitos a partir de 01/02/2023.

§ 2º - A ajuda de custo de que trata o § 1º deste artigo não será devida ao suplente reconvocato dentro do mesmo mandato.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2023.

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 16/01/2023.

a) CARLÃO PIGNATARI - Presidente

Publicada na Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 16/01/2023.

a) Roberta Aguilar dos Santos Clemente - Secretária Geral Parlamentar em exercício

ANEXO
Demonstrativo de Impacto Orçamentário e Financeiro
(de que trata o art. 16 da LC 101/00 - LRF)

CÁLCULO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

1.-) IMPACTO ANALÍTICO:

1.1. - REAJUSTE DOS SUBSÍDIOS

**AGENTES POLÍTICOS DO
LEGISLATIVO**

Servidores	Valor Atual	Valor Proposto	Reajuste
Vereadores (11 cargos)	78.155,00	108.900,00	30.745,00
TOTAL ACRÉSCIMOS(1) (janeiro de 2025)		30.745,00	

1.1. - REAJUSTE SALARIAL

Servidores	Valor Atual	Valor Proposto	Reajuste
Vereadores (11 cargos)	78.155,00	114.730,00	36.575,00
TOTAL ACRÉSCIMOS(2) (a partir de fevereiro de 2025)		36.575,00	

2.-) MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO:

Sem Medidas de Compensação

3.-) CÁLCULO DO IMPACTO-GASTOS COM PESSOAL

DESPESA CONSOLIDADA	V A L O R E S				
	Mensal Jan/25	Mensal a partir de Fev/25	2025	2026	2027
3.3.90.11 - Vencos e Vantagens Fixas	30.745,00	36.575,00	433.070,00	438.900,00	438.900,00
13 % Salário (8,33 %)	2.561,06	3.046,70	36.074,73	36.560,37	36.560,37
Abono de Férias (2,78 %)	854,71	1.016,79	12.039,35	12.201,42	12.201,42
3.3.90.13 – Obrigações Patronais					
PREVIDENCIA 21%	7.173,76	8.534,08	101.048,66	102.408,98	102.408,98
TOTAL	41.334,53	49.172,56	582.232,73	590.070,77	590.070,77

4.-) IMPACTO NO ÍNDICE DE GASTOS COM PESSOAL

LC 101/00 - LRF:

4.1. - GASTOS COM PESSOAL

Base - 1o Quadrimestre 2023		Índice %
RCL - Rec. Corrente Líquida	173.557.781,19	
Despesa com Pessoal	2.625.151,96	1,51%

4.2- Inclusão do impacto

Base - 1o Quadrimestre de 2023		Índice %
RCL - Rec. Corrente Líquida	173.557.781,19	
Exercício 2025		
Gastos com Pessoal e Encargos	2.625.151,96	1,51%
(+) IMPACTO	582.232,73	0,34%
GASTOS COM PESSOAL PREVISTO	3.207.384,69	1,85%
Exercício 2026		
Gastos com Pessoal e Encargos	2.625.151,96	1,51%
(+) IMPACTO	590.070,77	0,34%
GASTOS COM PESSOAL PREVISTO	3.215.222,73	1,85%
Exercício 2027		
Gastos com Pessoal e Encargos	2.625.151,96	1,51%
(+) IMPACTO	590.070,77	0,34%
GASTOS COM PESSOAL PREVISTO	3.215.222,73	1,85%

5.-) IMPACTO NO ÍNDICE DE GASTOS COM PESSOAL EM RELAÇÃO AO ORÇAMENTO DO LEGISLATIVO – CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

5.1. - GASTOS COM PESSOAL

Base - 1o Quadrimestre 2023		Índice %
Orçamento de 2023 Legislativo	7.500.000,00	
Despesa com Pessoal	2.236.392,82	29,82%

5.2- Inclusão do impacto

Base - 1o Quadrimestre de 2023		
		Índice %
Orçamento de 2023 Legislativo	7.500.000,00	
Exercício 2025		
Gastos com Pessoal e Encargos	2.236.392,82	29,82%
(+) IMPACTO	481.184,08	6,42%
GASTOS COM PESSOAL PREVISTO	2.717.576,90	36,23%
Exercício de 2014		
Exercício 2026		
Gastos com Pessoal e Encargos	2.236.392,82	29,82%
(+) IMPACTO	487.661,79	6,50%
GASTOS COM PESSOAL PREVISTO	2.724.054,61	36,32%
Exercício 2027		
Gastos com Pessoal e Encargos	2.236.392,82	29,82%
(+) IMPACTO	487.661,79	6,50%
GASTOS COM PESSOAL PREVISTO	2.724.054,61	36,32%

6-) DECLARAÇÃO

MARCO PAULO DAL BELLO, Presidente da Câmara Municipal de Araçariguama, no uso de suas atribuições legais,

DECLARA, para fins de cumprimento do inc. II do art. 16 da lei Complementar nº 101/00 que o aumento da despesa que se pretende fazer com esta está adequado com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentária e Orçamento Anual, possuindo ainda firme disponibilidade financeira para cumprimento da nova despesa criada.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Araçariguama-SP, em 26 de Junho de 2023.

MARCO PAULO DAL BELLO
Presidente da Câmara Municipal de
Araçariguama